

Brasil se apoia no recuo da base monetária para negociar

por Getulio Bittencourt
de Nova York

O controle da expansão da base monetária em julho está sendo considerado um sucesso pelo governo. O acumulado até quarta-feira passada ainda não chegara a 2%. A estimativa é de que até o final do mês o número fique abaixo de 10%. Pelo menos num dia, 18 de julho, o acumulado chegou a ser negativo, menos 1%.

Para se ter uma idéia do avanço, em maio, quando a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) esteve no Brasil, a expansão da base monetária foi de 35%. Em junho esse número caiu para cerca de 13%, e em julho, com uma inflação de cerca de 27%, deverá ser de menos de 10%.

Esse é um dos melhores números que a missão brasileira chefiada pelo secretário-geral adjunto da Fazenda, Michal Gartenkraut, está apresentando aos técnicos do Fundo esta semana em Washington. Em troca de números assim, o governo brasileiro está propondo ao Fundo uma das duas alternativas:

1) Um acordo stand-by de seis meses. A duração atual desses acordos é de dezoito meses, mas a missão brasileira argumenta que os acordos originalmente eram de seis meses. Depois passaram a ser de um ano, e atualmente de um ano e meio. Nos acordos originais de seis meses, lembram os brasileiros, o País inclusive não sacava necessariamente os recursos do Fundo. Só os utilizava quando necessário.

2) Um acordo stand-by de um ano, mas com metas específicas só para os próximos seis meses. As metas para os restantes seis meses já seriam discutidas pela instituição com o próximo governo. Esse foi o acordo que o Brasil fez no ano passado.

"As duas alternativas são possíveis", disse ontem a este jornal uma cautelosa fonte do FMI. "Mas a questão mais importante não é a forma do acordo e sim seu conteúdo. Ele pode ser de seis meses, ou de um ano com metas fixadas por semestre. O importante é a definição de metas que a instituição considere adequadas e que sejam realistas para o país", acrescentou.

O nó da questão é realmente esse, confirmou a este jornal um dos negociadores brasileiros. "Nós estamos tentando convencer o Fundo de que estamos muito perto do que podemos fazer num ano de sucessão presidencial", explicou. "Não podemos fazer muito mais que isso. E

a dificuldade para os acordos de seis meses está em que, evidentemente, não se podem fazer muitas coisas em seis meses."

Os brasileiros, consequentemente, enfatizam a qualidade de seus números. Usando a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do primeiro semestre, de cerca de CZ\$ 130 bilhões, o governo obteve um superávit primário no período de cerca de 1% do PIB. Quando se faz a conta com a projeção anualizada do PIB, que é o número normalmente empregado, o superávit diminui cerca de 40%, mas ainda é superávit.

"De qualquer modo é uma execução muito austera", diz um dos técnicos brasileiros, "porque no ano passado tivemos um déficit primário no primeiro semestre. Isso é uma virada. Transformamos um déficit em superávit."

A inflação em julho, além disso, deve ficar em torno de 27%, e não disparar para 30% ou 35% como se chegou a pensar no meio deste mês. O número da Fipe, divulgado esta semana para São Paulo, de 24,5% é

melhor que o de junho. O número do IPC deve subir um pouco, admitem os técnicos, porque houve variações em alguns estados — espera-se que no Rio de Janeiro, por exemplo, o índice seja bem pior.

"Nós precisamos de mais um mês dessa reversão de expectativas com a inflação", disse um dos técnicos a este jornal, "para mostrar que o governo não perdeu o controle da situação. Embora o índice tenha subido mais do que esperávamos, nós esperamos com essa política, fazê-la bairar".

O Fundo, porém, argumenta que o sistema de indexação torna impossível qualquer política séria de controle da inflação. "A indexação tem aspectos positivos e negativos", pondera o técnico brasileiro. "Ela impede que, numa situação como a do País agora, nos descarrilhemos para a hiperinflação. Mas também ela torna mais difícil a redução do índice. É uma espécie de droga, de vício, eventualmente necessário."

Os negociadores da Fazenda voltam a insistir em

seus números positivos. A diferença no mercado paralelo do dólar caiu esta semana para o nível de 80%, quando chegou recentemente a 200%. A balança comercial de junho registrou um saldo recorde de US\$ 2,2 bilhões. O recorde anterior tinha sido pouco acima de US\$ 2 bilhões. No mês passado o saldo aumentou, apesar do crescimento das importações.

"A economia não apresenta sinais de ruptura", insistem os técnicos do País junto ao Fundo. "Você não tem um aumento exacerbado de salários, que também não caíram muito. Não há desemprego gritante. Houve uma ligeira recuperação na produção industrial. O consumo, que tinha aumentado após o Plano Verão, esfriou. O quadro é bastante saudável."

Por enquanto os brasileiros estão falando e os técnicos do Fundo, ouvindo. Até sexta-feira os técnicos da instituição devem dar sua opinião também. "Mas este assunto não tem uma data para conclusão", disse a este jornal uma fonte do FMI. "O que existem são urgências dos países."